



Miguel Poiares Maduro

Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional

*Instituto Português de Corporate Governance*

10º Aniversário

Fundação Champalimaud

Lisboa, 09 de julho de 2013



É com muito gosto que me cabe abrir os trabalhos da conferência do Instituto Português de Corporate Governance, promovida no contexto das comemorações do seu 10º aniversário.

Parecerá inusitado que vos fale da crise que estamos a viver há cinco anos, quando o tema do dia é o do governo societário. Mas creio que a crise e - o que mais importa - a sua saída têm bastante que ver com o tema. Porque no mais fundo dos problemas que estamos a enfrentar está um problema de cultura política, cívica e institucional, que de múltiplas maneiras se cruza com o tema do dia.

De facto, tal como a Corporate Governance se centra na cultura institucional das empresas os problemas do país também têm o seu ponto de partida nas culturas institucionais que prevalecem, não apenas nas empresas mas também noutras organizações e, de forma mais ampla, no nosso espaço público.

Regressemos, portanto, por breves instantes a um passado não muito distante.

Vivemos, desde há cinco anos a crise mais grave da nossa história democrática; há cinco anos, que se contam entre a eclosão da crise financeira nos EUA, a sua extensão à Europa e a sua transformação, em 2010, em crise das dívidas soberanas.

Portugal foi dos países mais afetados pela crise. Devemos interrogar-nos porquê.



Entre 2000 e 2007, o PIB *per capita* português cresceu à média anual de 0,6%. Foram os primeiros anos da década perdida. Recordemos que nos dez anos imediatamente anteriores à estagnação, ao longo de toda a década de 90, o crescimento médio do PIB *per capita* foi de 3,3% ao ano, mais de cinco vezes superior.

A partir de 2000 não só estagnámos como deixámos de convergir com a Europa. Interrompemos uma trajetória de convergência com cerca de meio século de continuidade.

Mesmo num contexto de forte aumento da despesa pública, entre 2000 e 2007 a taxa de desemprego aumentou 4,4 pontos percentuais, para 8,9%. Mais que duplicou, enquanto na Europa baixava.

A prolongada estagnação e divergência que antecederam imediatamente a eclosão da crise, e nos colocaram perante os seus desenvolvimentos em estado de extrema vulnerabilidade, ajudam a explicar por que fomos afetados como fomos.

Mas levam-nos forçosamente de volta aos anos que antecederam a entrada no Euro e à inércia que deles se estendeu aos anos de existência em regime de moeda única.



Nessa altura não nos preparámos institucionalmente para a mudança de regime que uma moeda forte significou. Estávamos ainda a crescer, mas a descurar o futuro, que entretanto chegou.

Em Portugal falamos muito - e é natural que o façamos - da natureza económica e financeira da crise em que a falta de mudança e eficácia adaptativas nos mergulhou.

Mas devemos ir ao fundo dos problemas e o fundo dos problemas está na cultura institucional instalada na sociedade, (e nas sociedades), no espaço público em geral e nas suas organizações.

Como foi possível que não nos tivéssemos dado conta da aproximação da tempestade?

A explicação imediata para a nossa década perdida é económica, mas a explicação mais profunda, a razão para não termos feito o que devíamos e nem sequer nos termos, em boa parte, apercebido disso, tem de ser encontrada na nossa cultura política e institucional.

Nesse sentido é da maior importância a existência de organizações como Instituto Português de Corporate Governance, centrando a sua atividade precisamente no aspeto fulcral para o qual estou a chamar a atenção: a necessidade de melhorarmos profundamente a qualidade das nossas instituições, da cultura que as anima, da capacidade de se autogovernarem com transparência e responsabilização, em atenção permanente à necessidade de mudança e eficácia adaptativa.



Celebramos o décimo aniversário do Instituto Português de Corporate Governance e prestamos-lhe homenagem pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo nessa direção, de que a recente conclusão de um novo código de governo societário é um corolário importante, refletindo o dinamismo da própria sociedade civil na assunção de responsabilidades pela melhoria da nossa cultura e prática institucionais.

O governo da sociedade e o governo das sociedades estão longe de ser a mesma coisa. Mas há princípios que são centrais a ambos e o governo da sociedade tem implicações profundas sobre o governo das sociedades. Permitam-me que partilhe convosco reflexões sobre alguns dos princípios que julgo fundamentais.

Hoje sabe-se que os Estados com maior capacidade de adaptação e crescimento são também aqueles que têm uma melhor cultura política e institucional.

Temos de discutir mais políticas públicas e menos tática política. É por isso que já disse que, para mim, comunicação política deve ser sobretudo comunicação das políticas aos cidadãos e às suas organizações.

Isto é particularmente importante num momento em que a política enfrenta um grande desafio cognitivo. Não há política sem conhecimento. Mas esse conhecimento, na política, tem de ser sempre simplificado ou a política tornar-se-ia monopólio de uns supostos iluminados.



A política tem de simplificar o que é complexo para permitir um debate público alargado. Mas a política não deve falsificar no seu esforço de simplificar. Essa é a diferença entre a política e o populismo. Sucede que a atual complexidade dos temas políticos e os múltiplos espaços onde a política tem lugar (nacionais e europeu) abre ainda mais espaço a uma simplificação desonesta.

Os cidadãos sentem-se crescentemente desorientados quanto à realidade em que as opções políticas têm de ter lugar.

Um dos grandes problemas em Portugal é que tudo é contestado uma vez que não existem factos consensuais. Contra factos há sempre argumentos porque não conseguimos colocar-nos de acordo quanto aos processos credíveis de apuramento dos factos que devem servir de base às nossas decisões públicas.

A informação mais básica que deveria orientar a nossa deliberação democrática é ela própria contestada, tornando muito difícil um debate racional sobre as nossas opções de políticas públicas.

Também não há política sem diálogo. A natureza da política é social: dirimir conflitos e prosseguir interesses comuns através do debate entre diferentes ideias e da sua resolução por via do voto ou consenso.

Como tenho vindo a repetir desde a minha entrada no Governo, a política exige cooperação e competição. Temos de saber dosear divergência e negociação. Como também já disse, não podemos presumir que a procura do consenso elimina as diferenças políticas. Da mesma forma, a crítica não pode ser entendida como um impedimento ao consenso.



Numa democracia evoluída, o debate político forte e transparente tem de estar sempre presente e não pode nem deve impedir a procura de consensos onde eles sejam fundamentais.

O consenso não elimina a política, antes é um dos instrumentos de qualquer política. Da mesma forma, nenhum ator político responsável pode excluir a procura de consenso sob pena de eliminar uma dimensão fundamental da política.

Neste contexto, o respeito pela política exige também respeitar os mecanismos democráticos de resolução dos conflitos políticos.

Temos de ter uma cultura política e institucional correspondente à democracia que alcançámos e ao futuro que desejamos. Uma cultura política em que as ideias sejam discutidas em vez de ser substituídas por *slogans*.

Uma cultura política aberta e transparente. Uma cultura política em que opções de política pública merecem mais atenção do que as opções de tática política. Uma cultura política suscetível incorporar os interesses de longo prazo nas decisões de hoje.

Uma cultura política que mais do que apenas reivindicar procure ser exigente na substância e fundamentação das políticas. Este é e continuará a ser o esforço do Governo. Porque sabemos que sem uma melhor cultura política as reformas que pretendemos serão mais difíceis e, sobretudo, menos sustentadas.



A melhoria das nossas culturas institucionais tem de ser transversal aos diferentes sectores da sociedade. De pouco serve estabelecer objectivos ambiciosos se a cultura das instituições encarregues de o prosseguir não for susceptível de os atingir.

Isto é também o caso com o governo das sociedades. Por isso é tão importante o papel que Institutos como o vosso desempenham na reflexão crítica que promovem.

Ao Governo compete ajudar e valorizar estes esforços da sociedade civil. Eles são fundamentais para a cultura política que defendi, a única susceptível de promover melhores políticas públicas favorecendo a capacidade de deliberação pública.

Essa melhoria será decisiva para que o país, nomeadamente através das suas empresas, reconquiste a competitividade sobre a qual terá de assentar o seu progresso e a solução da crise em que mergulhámos.

O Instituto Português de Corporate Governance, centro de reflexão e de promoção das melhores práticas, nascido da iniciativa da sociedade civil, é um exemplo do dinamismo da própria sociedade na direção da melhoria da nossa cultura e prática institucionais, de que depende o nosso futuro.

Desejo-vos os maiores sucessos.

Muito obrigado.

*(prevalece a versão lida)*